

Coordenação:

MAURO PAULINO  
e FÁTIMA ALMEIDA

# PSICOLOGIA, JUSTIÇA & CIÊNCIAS FORENSES

*Perspetivas Atuais*

Dos mesmos Coordenadores do livro  
*Profiling, Vitimologia e Ciências Forenses*

PACTOR

## DISTRIBUIÇÃO



**Lidel – edições técnicas, lda.**

### SEDE:

R. D. Estefânia, 183, R/C Dto. – 1049-057 LISBOA

Tel: +351 213 511 448 \* Fax: +351 213 522 684

Revenda: [revenda@lidel.pt](mailto:revenda@lidel.pt)

Exportação: [depinternacional@lidel.pt](mailto:depinternacional@lidel.pt)

Venda online: [livraria@lidel.pt](http://livraria@lidel.pt)

Marketing: [marketing@lidel.pt](mailto:marketing@lidel.pt)

### LIVRARIA:

Av. Praia da Vitória, 14 A – 1000-247 LISBOA

Tel: +351 213 511 448 \* Fax: +351 213 173 259

[livraria@lidel.pt](mailto:livraria@lidel.pt)

## EDIÇÃO



PACTOR – Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação

Av. Praia da Vitória, 14 A – 1000-247 LISBOA

Tel: +351 213 511 448

Email: [pactor@pactor.pt](mailto:pactor@pactor.pt)

Copyright © setembro de 2014

PACTOR – Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação

® *Marca registada da FCA – Editora de Informática, Lda.*

ISBN: 978-989-693-042-4

Capa: José Manuel Reis

Imagens da capa: © Photobank e © Andrey Burmakin

Ilustrações das entradas de capítulo: Vítor Duarte

Pré-impressão: Carlos Mendes

Impressão e acabamento: Cafílesa – Soluções Gráficas, Lda. – Venda do Pinheiro

Depósito Legal n.º

Livro segundo o Novo Acordo Ortográfico

Todos os nossos livros passam por um rigoroso controlo de qualidade, no entanto, aconselhamos a consulta periódica do nosso *site* ([www.pactor.pt](http://www.pactor.pt)) para fazer o *download* de eventuais correções.

Os nomes comerciais referenciados neste livro têm patente registada.



Reservados todos os direitos. Esta publicação não pode ser reproduzida, nem transmitida, no todo ou em parte, por qualquer processo eletrónico, mecânico, fotocópia, digitalização, gravação, sistema de armazenamento e disponibilização de informação, *sítio Web*, blogue ou outros, sem prévia autorização escrita da Editora, exceto o permitido pelo CDADC, em termos de cópia privada pela AGECOP – Associação para a Gestão da Cópia Privada, através do pagamento das respetivas taxas.

Os Autores.....	XV
Nota dos Coordenadores.....	XXVII
Mauro Paulino e Fátima Almeida	
Prefácio.....	XXIX
Mário R. Simões	
Introdução.....	XXXI
Francisco José Brízida Martins	

## Capítulo 1

1

### **A Psicologia na Formação dos Magistrados e a Formação dos Psicólogos Forenses: Reflexões**

Rui do Carmo

Uma relação que ainda não atingiu a idade adulta.....	1
A psicologia na formação dos magistrados.....	2
A (in)formação jurídica dos psicólogos.....	6
Nota final.....	9
Referências.....	9

## Capítulo 2

11

### **Perícias Psicológicas Versus Perícias Psiquiátricas: as Minhas, as Tuas e as Nossas. Limites, Confluências e Exclusividades**

Fernando Vieira e Olindina Graça

Introdução.....	12
O que é isso de psiquiatria e psicologia forenses?.....	14
Perícias em sede de direito penal: a perícia prevista no art.º 159º do Código de Processo Penal.....	15
Perícias em sede de direito penal: a perícia prevista no art.º 160º do Código de Processo Penal.....	15
Perícias em sede de direito penal: a perícia prevista no art.º 131º do Código de Processo Penal.....	16
Perícias em sede de direito penal: a perícia prevista no art.º 52º do decreto-lei 15/93, de 22 de janeiro.....	18
Perícias em sede de direito cível: ações especiais de interdição e inabilitação.....	19
Perícias em sede de direito cível: perícias para avaliação da capacidade testamentária	19
Outras perícias em sede de direito cível.....	20
O caso particular da avaliação de dano, em sede de direito criminal, cível e de trabalho.....	20
Perícias em sede de direito de família e menores.....	22
Conclusão.....	25
Referências.....	26

**Capítulo 3**

**29**

**As Potencialidades e os Limites da Psicologia Forense**

Carlos Fernandes da Silva e Pedro Bem-haja

Introdução .....	30
Algumas limitações infundadas apontadas à psicologia, com repercussões na imagem pública da psicologia forense.....	31
Uma das limitações tem que ver com o suposto carácter subjetivo da atividade dos psicólogos .....	31
Outra das limitações tem que ver com o facto de os humanos serem sistemas complexos .....	36
Outra das limitações tem que ver com a frequente separação entre a psicologia fundamental e a psicologia aplicada .....	40
Outra das limitações tem que ver com o facto de muitas perícias serem sustentadas quase exclusivamente em “medições” com instrumentos de autoavaliação.....	42
A experiência, os <i>skills</i> e a reputação do perito numa determinada área como a psicologia são o suficiente para o seu testemunho ser admissível e credível? .....	47
Alguns mitos na psicologia forense .....	48
Conclusão .....	51
Referências.....	53

**Capítulo 4**

**57**

**O Psicólogo na Justiça: Notas Preliminares sobre o Perito, o seu Depoimento e a Perícia Forense**

Mauro Paulino e Carlos Casimiro

Introdução .....	57
O perito: ser ou não ser, eis a questão.....	59
Critérios de admissibilidade científica.....	61
O perito em Tribunal: da forma ao conteúdo .....	65
A comunicação: do dito ao não dito .....	68
Entre a arte da pergunta e a arte da resposta .....	70
O relatório .....	77
Conclusão .....	79
Referências.....	80

**Capítulo 5**

**83**

**Vítimas de Crime: Avaliação da Credibilidade do Testemunho**

Carla Antunes, Sónia Caridade, Marlene Matos e Rui Abrunhosa Gonçalves

Enquadramento legal e científico da avaliação da credibilidade do testemunho.....	83
Avaliação da credibilidade do testemunho: estratégias e especificidades.....	86
Conclusão .....	94
Referências.....	95

## Capítulo 6

99

**A Credibilidade do Testemunho e o Dano Psíquico em Casos de Violência contra a Mulher: o Sistema de Avaliação Global (SAG)**

Ramón Arce

Introdução .....	99
O Sistema de Avaliação Global (SAG) nos casos de violência de género .....	103
Conclusão .....	112
Referências.....	112

## Capítulo 7

117

**Representações das Vítimas de Violência Doméstica sobre o Sistema de Justiça Criminal**

Patrícia Faro e Ana Isabel Sani

Introdução .....	117
Representações sociais .....	118
Criminalização da violência doméstica .....	119
Constrangimentos do atual sistema de justiça .....	120
Teorias e considerações para o problema .....	122
Novas abordagens da justiça e alternativas interventivas na violência doméstica .....	123
Estudo sobre as representações das vítimas de violência doméstica sobre o sistema de justiça criminal .....	126
Reflexão final .....	131
Referências.....	131

## Capítulo 8

135

**Violência Interparental: Efeitos e Transmissão entre Gerações**

Telma Catarina Almeida e Ana Isabel Sani

Introdução .....	135
Prevalência da violência interparental .....	136
Efeitos da violência interparental .....	137
Fatores implicados na compreensão do impacto da violência interparental.....	140
Transmissão intergeracional da violência interparental.....	142
Importância da intervenção psicológica .....	144
Conclusão .....	145
Referências.....	146

## Capítulo 9

151

**Das Vítimas de Terrorismo**

José Félix Duque

Introdução .....	151
O terrorismo .....	152
As vítimas de terrorismo.....	155
As necessidades das vítimas de terrorismo.....	157

Efeitos do terrorismo nas vítimas .....	162
Conclusão .....	164
Referências.....	165

## Capítulo 10

167

### **A Perícia Médico-legal e o Respeito pela Autonomia da Criança**

Bárbara Santa Rosa, Fátima Almeida e Francisco Corte Real

Introdução .....	167
O superior interesse da criança .....	168
A delinquência juvenil.....	169
Regulação das responsabilidades parentais.....	172
A perícia médico-legal.....	175
Conclusão .....	177
Referências.....	177

## Capítulo 11

179

### **Exame Médico de Crianças Vítimas de Abuso Sexual: Da Ausência de Evidência à Evidência de Ausência**

Jorge Costa Santos e Tiago Costa

Introdução .....	179
Abusos sexuais infantis: alguns dados epidemiológicos.....	180
A necessidade de uma intervenção médica especializada.....	181
O impacto do exame médico.....	183
Exame médico: que exame?.....	184
A evidência médica de abuso sexual.....	189
Lesões e vestígios traumáticos .....	189
Vestígios biológicos .....	194
Infeções sexualmente transmissíveis .....	196
Sistemas de classificação .....	197
Conclusão .....	198
Referências.....	199

## Capítulo 12

203

### **A Entrevista de Crianças no Contexto Forense**

Carlos Eduardo Peixoto, Catarina Ribeiro, Raquel Veludo Fernandes e Telma Sousa Almeida

Introdução .....	203
A entrevista forense.....	203
A criança enquanto testemunha .....	204
Protocolos de entrevista forense.....	206
Entrevista Cognitiva.....	206
Entrevista Passo a Passo ( <i>A Step-Wise Interview</i> ).....	208
Guião de entrevista <i>Achieving Best Evidence in Criminal Proceedings: Guidance on Interviewing Victims and Witnesses, and Using Special Measures</i> .....	210
Protocolo de entrevista forense da <i>CornerHouse</i> – <i>RATAC (Finding Words)</i> .....	211
Entrevista Desenvolvimental de Elaboração Narrativa.....	213

Protocolo de entrevista forense do <i>National Institute of Child Health and Human Development</i> .....	214
Metodologias auxiliares da entrevista forense .....	216
Diagramas corporais.....	217
Bonecas anatomicamente corretas.....	218
<i>Touch survey</i> .....	221
A entrevista forense: sua repercussão nos processos judiciais e sua aplicabilidade em Portugal .....	222
Conclusão .....	223
Referências.....	223

## Capítulo 13

229

### **Abuso de Idosos: Conceitos Gerais, Aspetos Médicos e Legais**

César Santos e Duarte Nuno Vieira

Introdução .....	229
Enquadramento histórico .....	230
Definições e tipologias .....	232
Modelos teóricos.....	234
O abuso na perspetiva médica .....	235
O abuso como um problema de saúde pública .....	235
Epidemiologia .....	235
Os níveis de prevenção .....	238
O papel dos profissionais .....	241
O abuso na perspetiva forense .....	242
Aspetos médico-legais .....	242
Aspetos jurídicos .....	246
Conclusão .....	249
Referências.....	250

## Capítulo 14

253

### **Modelo MASKING e Perturbações da Personalidade**

Carlos Fernandes da Silva, Pedro Bem-haja,  
Vânia Amaral e Isabel M. Santos

Introdução .....	253
O modelo e respetivos procedimentos .....	255
O modelo MASKING e as perturbações da personalidade .....	259
Conclusão .....	262
Referências.....	262

## Capítulo 15

265

### **Modelo MASKING na Perícia de Personalidade**

Pedro Bem-haja, Vânia Amaral, Isabel M. Santos, Sandra Soares  
e Carlos Fernandes da Silva

Introdução .....	265
MASKING e percurso cognoscitivo e valorativo .....	270

Conclusão .....	271
Referências.....	271

## Capítulo 16

275

### **O Rorschach e as Personalidades Antissociais e Psicopáticas**

Carl B. Gacono e J. Reid Meloy

Introdução .....	277
O Rorschach e a psicopatia .....	279
Descobertas comparativas do Rorschach .....	280
Perguntas 1 e 2: construções psicoanalíticas .....	280
Nível <i>borderline</i> da personalidade .....	280
Estilo caracterológico/regulação da autoestima.....	281
Défices de afeto .....	283
Agressão .....	285
Pergunta 3: comparação com perturbações da personalidade do grupo B do DSM-IV .....	285
Pergunta 4: desvio sexual.....	286
A base de dados forenses de Rorschach .....	288
Conclusão .....	290
Referências.....	293

## Capítulo 17

299

### **Avaliação dos Fatores de Proteção para o Risco de Violência: Contributo do SAPROF**

Ana Cristina Neves e Cristina Soeiro

Introdução .....	299
Avaliação de risco de violência .....	300
Fatores de proteção .....	302
O papel dos fatores de proteção na avaliação e gestão de risco.....	304
O SAPROF.....	305
Estrutura do SAPROF .....	306
Cotação do SAPROF.....	307
Os utilizadores do SAPROF.....	308
A investigação com o SAPROF .....	308
Limitações e futuro do SAPROF.....	311
Conclusão .....	312
Referências.....	313

## Capítulo 18

317

### **Personalidade e Comportamento Violento em Contexto Prisional: Casos dos Homicidas com Psicopatia ou com Perturbação Estado-limite**

Dulce Pires, Ana A. Gomes, Isabel M. Santos e Carlos Fernandes da Silva

Introdução .....	317
Perturbações de personalidade e violência .....	320
O caso da psicopatia .....	321
Correlatos psicofisiológicos do processamento emocional.....	325

O caso da perturbação de personalidade estado-limite .....	327
Aspetos do processamento emocional .....	329
Conclusão .....	331
Referências.....	332

## Capítulo 19

335

### O “Psicopata Bem-sucedido”

Fernando Barbosa

Introdução .....	335
Estudos sobre a psicopatia em comunidade.....	337
O conceito de “psicopata bem-sucedido” .....	337
A psicopatia como fator de êxito social e organizacional .....	339
“Psicopata bem-sucedido” e “psicopata não-criminoso” .....	345
Um modelo explicativo das diferenças entre o “psicopata criminoso” e o “bem-sucedido” .....	348
Conclusão .....	352
Referências.....	353

## Capítulo 20

357

### Avaliação Psicológica Forense na Regulação do Exercício das Responsabilidades Parentais: Perceções dos Juízes

Maria Luís Machado e Ana Isabel Sani

Introdução .....	357
Responsabilidades parentais e superior interesse da criança.....	358
A perícia psicológica forense .....	360
Limites e desafios da perícia psicológica forense.....	362
A perícia psicológica nos processos de regulação do exercício das responsabilidades parentais.....	363
Estudo sobre as perceções dos juízes na regulação das responsabilidades parentais...	367
Conclusão .....	369
Referências.....	370

## Capítulo 21

373

### Adoção Tardia: a Procura de um Lugar que Possa Chamar “Casa”

Carla Anauate

Introdução .....	373
Adoção no Brasil.....	376
O período de aproximação.....	377
Período preparatório de adoção .....	379
Proposta de curso preparatório de adoção .....	380
Curso preparatório de adoção .....	380
A teoria sócio-histórica e a adoção tardia .....	382
Estudo de caso .....	383
Conclusão .....	385
Referências.....	385

**Capítulo 22**

**387**

**Avaliação dos Danos Não Patrimoniais: Contributos da Psicologia Forense**

Tânia Correia Annes

Introdução .....	387
Direito das obrigações e responsabilidade civil .....	389
Operacionalização de conceitos .....	391
Critérios de fixação da equidade da indemnização .....	391
O contributo da psicologia .....	393
O processo de avaliação psicológica forense .....	396
O relatório pericial .....	398
Conclusão .....	399
Referências .....	399

**Capítulo 23**

**401**

**Perfil Psicossocial das Pessoas Vinculadas a Seitas**

Pepe Rodríguez

Introdução .....	401
De que falamos quando falamos de seita e de sectários? .....	402
Revisão bibliográfica sobre o perfil psicossocial dos sectários .....	404
Conversos, fanáticos e seitedependentes .....	409
Do modelo explicativo baseado na coerção à seitedependência .....	412
A seitedependência como comportamento aditivo .....	413
Perfil psicossocial de sectários e líderes .....	416
Conclusão .....	420
Referências .....	421

**Capítulo 24**

**425**

**Enfermagem Forense: Mudanças Recentes e Questões Atuais**

Albino Gomes e Virginia A. Lynch

Introdução .....	425
Disciplina emergente .....	426
Perspetiva histórica .....	427
Violência e saúde pública .....	429
Enfermagem e aplicação da lei .....	429
Responsabilidades do médico .....	430
Investigação do trauma .....	431
Papel e relevância do enfermeiro forense .....	431
Natureza e importância do problema .....	432
Identificação das características das feridas .....	432
Técnica de investigação .....	433
A investigação da morte .....	433
O enfermeiro forense e o investigador criminal .....	434
Expectativas .....	435
Avanços na ciência forense e na enfermagem forense .....	436
Avanço biotecnológico .....	436
SANE .....	436

Vitimologia.....	437
Formação e treino .....	437
Orientações gerais para o enfermeiro forense .....	437
Responsabilidades em Tribunal .....	439
Um programa modelo .....	439
O futuro da enfermagem forense .....	440
A evolução de uma rede global de enfermagem forense.....	440
Alcançar um foco internacional .....	441
Conclusão .....	442
Referências.....	442

## Capítulo 25

445

### Todos Falam, Poucos Comunicam com Eficácia

Sara Batalha e Irina Golovanova

“Credibilidade, para que te quero?” .....	445
50% conteúdo+50% forma=100% credibilidade.....	446
Conteúdo perante os <i>media</i> .....	447
Conteúdo perante uma audiência.....	447
“Entrevistam sempre os mesmos!” .....	449
Forma: o corpo também fala .....	449
Postura .....	450
Gesticulação.....	453
Contacto visual.....	456
Desconstrução do discurso significa dar prioridade ao outro .....	458
A regra 27-9-3 .....	461
“Desculpas? Treine, que isso passa!” .....	462
Divirta-se a trabalhar e nunca mais vai ter de trabalhar um único dia na vida.....	465
Referências.....	466

Posfácio.....	467
---------------	-----

Pedro Paulo Gastalho de Bicalho

Índice Remissivo .....	469
------------------------	-----



### Coordenadores e Autores

#### Mauro Paulino

Psicólogo clínico e forense (Gabinete Médico-legal e Forense da Península de Setúbal | Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I.P.). Coordenador da intervenção na área da violência doméstica na Cooperativa Pelo Sonho É Que Vamos. Formador e técnico qualificado de apoio à vítima. Pós-graduado em consulta psicológica, psicoterapia e neuropsicologia. Mestre em medicina legal e ciências forenses pela Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, com investigação desenvolvida na área da violência conjugal. Autor do livro *Abusadores Sexuais de Crianças: A Verdade Escondida*, coautor do livro *O Inimigo Em Casa: Dar Voz aos Silêncios da Violência Doméstica* e cocoordenador da obra *A Criança no processo de Adoção: Realidades, Desafios e Mudanças* e da obra *Profiling, Vitimologia e Ciências Forenses: Perspetivas Atuais*, também editada pela PACTOR. Vice-diretor da Peritia | Revista Portuguesa de Psicologia. Coordenador da pós-graduação de psicologia criminal na Reflexos (Gabinete de Psicologia, Psicoterapia e Ludoterapia). Docente convidado em várias universidades e entidades formadoras. Consultor de psicologia forense na Associação Portuguesa de Enfermagem Forense (APEFORENSE). Consultor convidado da conceituada editora Elsevier Academic Press.

#### Fátima Almeida

Licenciada em psicologia, com pré-especialização em avaliação psicológica, aconselhamento e reabilitação e mestre em gerontologia clínica pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Encontra-se a aguardar a defesa da sua dissertação de mestrado em Medicina Legal e Ciências Forenses pela Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, com tema desenvolvido na área do filicídio. Diretora da Peritia | Revista Portuguesa de Psicologia. Investigadora, formadora na área das ciências comportamentais e humanas e docente da Academia de Línguas de Oliveira do Bairro.

### Autores

#### Albino Gomes

Enfermeiro forense, consultor internacional da *International Association of Forensic Nurses* (IAFN). Doutorando em ciências forenses na Faculdade de Medicina da Universidade do Porto (FMUP). Presidente da Associação Portuguesa de Enfermagem Forense (APEFORENSE). *Sexual Assault Nurse Examiner* (SANE), *Forensic Nurse Examiner* (FNE) e *Forensic Death Nurse Investigator* (FDNI). Coordenador da pós-graduação em enfermagem forense na Universidade Atlântica. Coordenador e autor do livro *Enfermagem Forense*, editado pela LIDEL – Edições Técnicas.

### **Ana A. Gomes**

Licenciada e mestre em psicologia pela Universidade de Coimbra, com estágio curricular e área de especialização em psicologia clínica cognitivo-comportamental. Doutorada pela Universidade de Aveiro, onde é professora auxiliar. Dedicar-se presentemente ao ensino e à investigação em psicologia, sendo autora, coautora e revisora de publicações a nível nacional e internacional. As atividades atuais de investigação desenvolvem-se sobretudo no PsyLab (Laboratório de Psicologia Experimental e Aplicada da Universidade de Aveiro), em ligação com unidades de investigação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), como o IBILI (Universidade de Coimbra) e o CINTESIS (Universidade do Porto).

### **Ana Cristina Neves**

Doutorada em psicologia da justiça pela Universidade do Minho. Licenciada em psicologia social pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa. Professora auxiliar na licenciatura em psicologia e na pós-graduação em psicologia forense do Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz, com investigação desenvolvida no âmbito da avaliação de risco de reincidência criminal e violência. Técnica superior de reinserção social na Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.

### **Ana Isabel Sani**

Professora associada da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa (UFP). Doutorada em psicologia da justiça pela Universidade do Minho. Coordenadora do mestrado em psicologia jurídica e do 1.º e 2.º ciclos em criminologia da UFP. Cooordenadora da Unidade de Psicologia Forense da Clínica Pedagógica de Psicologia da UFP, onde exerce intervenção psicológica e realiza perícias psicológicas forenses, sobretudo nas áreas da vitimação infantil. Investigadora em vários estudos nacionais e internacionais de Diagnóstico Local de Segurança (DLS), estudos esses desenvolvidos no âmbito do Observatório Permanente Violência e Crime (OPVC). Tem várias publicações no âmbito da vitimologia, criminologia e psicologia jurídica, designadamente seis livros e uma série de artigos em revistas nacionais e internacionais.

### **Bárbara Santa Rosa**

Mestre em medicina pela Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade da Beira Interior. Médica interna do Internato de Medicina Legal na Delegação do Centro do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I.P. (INMLCF). Habilitada com o curso superior de medicina legal e ciências forenses e com a pós-graduação em avaliação do dano corporal pós-traumático pelo INMLCF. Aluna do doutoramento em bioética do Instituto de Bioética do Centro Regional do Porto da Universidade Católica Portuguesa.

### **Carla Anauate**

Psicóloga com treino em psicoterapia e neuropsicologia. Mestre em psicologia escolar e do desenvolvimento humano formada pela Universidade de São Paulo (Brasil). Pós-graduada em psicopedagogia, em psicologia clínica sócio-histórica, na prova de Rorschach e em violência doméstica. Professora universitária das disciplinas de neuropsicologia, psicologia escolar, estágio básico e estágio profissionalizante no curso de psicologia da Universidade Nove de Julho (Brasil). Professora de cursos de pós-graduação no IPAF Lev Vygotsky e na Fundação para o Desenvolvimento da Universidade Estadual Paulista (São Paulo). Trabalhou na Secretaria de Educação do Município de Osasco (Brasil) com

inclusão de crianças com deficiência e no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo como psicóloga judiciária. Atualmente, trabalha como assistente técnica para o Judiciário, bem como para a Secretaria da Saúde do Município de Osasco no Programa Saúde do Adolescente. Membro do Conselho Mundial de Acadêmicos Universitários (COMAU). Autora de artigos e capítulos de livros e oradora convidada em congressos nacionais e internacionais sobre temas associados à inclusão de pessoas com deficiência, psicomotricidade e adoção. Vencedora do prêmio Peritia | *Best Communication* no Estoril Vigotsky Conference 2012 com o tema “Late Adoption a Transformation Challenge”.

### **Carla Antunes**

Doutorada em psicologia da justiça pela Universidade do Minho, com licenciatura na mesma área de conhecimento também pela Universidade do Minho. Professora auxiliar na Faculdade de Psicologia, Educação e Desporto da Universidade Lusófona do Porto. Do seu percurso profissional, salienta-se a experiência no âmbito da avaliação forense, da intervenção psicológica com vítimas e da formação a peritos em avaliação psicológica forense, desde 2001, na Unidade de Psicologia da Justiça e Comunitária da Universidade do Minho. No domínio da investigação, tem-se dedicado à área da vitimologia e, mais especificamente, ao fenómeno do abuso sexual de crianças e jovens e ao impacto desenvolvimental associado às experiências de vitimação. Autora de várias publicações na área da psicologia da justiça, destacando-se as dos domínios da avaliação psicológica forense e do abuso sexual de crianças e jovens.

### **Carl B. Gacono**

Doutor em psicologia, atua na área clínica e forense em Austin (Texas, EUA). Tem mais de 20 anos de experiência correcional e institucional, primeiro como diretor do Centro de Avaliação no Hospital Estadual de Atascadero (EUA) e, mais tarde, como psicólogo chefe do Instituto Federal Correcional em Bastrop (EUA). Figura em diversas publicações, tais como: coautor de *The Rorschach Assessment of Aggressive and Psychopathic Personalities*, editor de *Contemporary Rorschach Interpretation* e de *The Handbook of Forensic Rorschach Assessment*, autor de *The Clinical and Forensic Interview Schedule for The Hare Psychopathy Checklist: Revised and Screening Version*. É autor e coautor de mais de 80 artigos científicos e capítulos de livros. Recebeu, em 1994, o prêmio Samuel J. And Anne G. Beck de excelência pela sua carreira inicial de investigação e, em 2000, o prêmio Walter G. Klopfer. Membro da *American Board of Assessment Psychology da Society for Personality Assessment*. Especialista reconhecido nas áreas de distúrbios de personalidade, psicopatia, personalidade antissocial e aplicações clínica, forense e de investigação do Rorschach e de *checklists* de psicopatia.

### **Carlos Casimiro**

Licenciado em direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e mestre em comportamentos desviantes e ciências criminais pela Faculdade de Medicina da mesma Universidade. Procurador da República no Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP). Professor convidado da cadeira de criminologia no mestrado de direito da Universidade Autónoma de Lisboa (UAL) desde 2009. Membro da equipa multidisciplinar do Gabinete de Estudo e Atendimento das Vítimas (GEAV) da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP), integrado no projeto de estudo da fundamentação das decisões judiciais. Investigador convidado do Centro de Investigação e Desenvolvimento em Ciências Jurídicas da UAL. Autor do livro *A condu-*

*ção de veículo automóvel com álcool no sangue – estudo das trajetórias desviantes* e de diversos artigos científicos de criminologia e direito, bem como de conferências e ações de formação em matérias de criminologia e direito. Consultor e colaborador da Politeia (revista do Instituto de Ciências Policiais e Segurança Interna) desde 2007.

### **Carlos Eduardo Peixoto**

Doutor em psicologia pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto na área da psicologia forense. Psicólogo forense na Delegação Norte do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I.P. Professor auxiliar convidado no Instituto Superior das Ciências da Saúde – Norte (CESPU). Docente no mestrado e no doutoramento em ciências forenses da Universidade do Porto. Autor e coautor de diversas publicações científicas (livros, capítulos de livros e artigos em revistas científicas) relacionadas com temáticas no âmbito da psicologia forense, nomeadamente com a avaliação psicológica forense, a avaliação da credibilidade e a entrevista forense de crianças e adultos. Investigador responsável pelo projeto “Implementação de um Protocolo de Entrevista Forense para crianças vítimas, testemunhas e ofensoras” (PTDC/MHC-PAP/4295/2012), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e pelo COMPETE.

### **Carlos Fernandes da Silva**

Professor catedrático da Universidade de Aveiro e psicólogo clínico (membro efetivo da Ordem dos Psicólogos Portugueses). Doutorado em psicologia clínica pela Universidade de Coimbra e pós-graduado em neurociências pela Universidade de Oxford (Reino Unido). Obteve agregação em psicologia na Universidade do Minho. Docente universitário desde 1982, lecionou nas Universidades de Coimbra, do Minho e Católica de Braga. Publicou vários livros, capítulos de livros nacionais e internacionais, bem como artigos em revistas indexadas com *peer review*, em revistas de circulação internacional e em livros de atas. Participou em 17 projetos de investigação financiados competitivamente, sendo investigador principal em diversos deles. Possui 10 patentes e registos. Coordenador do PsyLab (Laboratório de Psicologia Experimental e Aplicada da Universidade de Aveiro). Investigador do IBILI (Universidade de Coimbra). Efetua avaliações clínicas forenses desde 1986 e é membro da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Mira (Comissão Restrita).

### **Catarina Ribeiro**

Docente na Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa e no Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto. Psicóloga no Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I.P. do Porto. Autora e coautora de diversas publicações sobre avaliação psicológica, entrevista forense, psicologia forense e vitimologia. Tem vindo a dedicar-se à investigação da participação das crianças na justiça e os aspetos psicológicos da decisão judicial que envolvem crianças.

### **César Santos**

Mestre em medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra (FMUC). Médico especialista em medicina legal a exercer funções no Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I.P. (INMLCF). Assistente convidado da FMUC. Integrou o projeto “Envelhecimento e Violência”, coordenado pelo Instituto Nacional de Saúde

Dr. Ricardo Jorge e desenvolvido em parceria com diversas entidades, nomeadamente o INMLCF.

### **Cristina Soeiro**

Doutorada em psicologia, área da justiça, pelo Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho. Mestre em sociologia pelo Instituto de Ciências do Trabalho e Empresas (ISCTE). Licenciada em psicologia pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa. Integra a Escola de Polícia Judiciária como especialista superior desde 1990 e é responsável pelo Gabinete de Psicologia e Seleção. Coordenadora da licenciatura em psicologia e da pós-graduação em psicologia forense no Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz. Coordena vários projetos de investigação no âmbito da psicologia forense e criminal (aplicados ao contexto do trabalho de polícia). De entre as atividades de investigação, incluem-se estudos sobre a técnica dos perfis criminais e sua validade no contexto da investigação criminal e sobre o contexto da avaliação de risco de violência e violência sexual.

### **Duarte Nuno Vieira**

Professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra e da Universidade da Beira interior e professor visitante em várias outras universidades portuguesas, europeias e sul-americanas. Presidente do Conselho Europeu de Medicina Legal, do Conselho de Consultores Científicos do Procurador do Tribunal Penal Internacional e da Associação Portuguesa de Avaliação do Dano Corporal e vice-presidente da Confederação Europeia de Especialistas em Avaliação e Reparação do Dano Corporal. Presidiu à Academia Internacional de Medicina Legal (entre 2006 e 2012), à Associação Internacional de Ciências Forenses (entre 2008 e 2011), à Associação Mundial de Médicos de Polícia (entre 2008 e 2011), à Academia Mediterrânea de Ciências Forenses (entre 2005 e 2007) e à Associação Latino-Americana de Direito Médico (entre 2005 e 2007). Foi também diretor do Instituto de Medicina Legal de Coimbra (entre 2006 e 2010) e presidente do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I.P. e do Conselho Médico-legal de Portugal (entre 2000 e 2013).

### **Dulce Pires**

Licenciada em psicologia, área de clínica e aconselhamento, pela Universidade Autónoma de Lisboa e doutoranda em psicologia na Universidade de Aveiro. Psicóloga em contexto prisional, tem desenvolvido experiência em contexto privado e na área da emergência médica. Curso de *coaching* desportivo pela Alta Performance Desportiva. Formadora certificada. Membro da Comissão Científica da Peritia | Revista Portuguesa de Psicologia. Coautora do livro *Mente de Combate*.

### **Fernando Barbosa**

Licenciado em psicologia pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP) e doutorado em ciências biomédicas (ramo neurociências) pelo Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar. Professor na Universidade do Porto, onde leciona temáticas relacionadas com as neurociências cognitivas e afetivas e com a psicologia forense. Docente no programa doutoral em ciências forenses da Universidade do Porto e responsável pela unidade curricular de neuropsicologia forense no curso de mestrado em ciências forenses da mesma Universidade. Investigador do Laboratório de Neuropsicofisiologia da FPCEUP e do GENCIFOR (Centro de Ciências Forenses), onde

desenvolve investigação sobre as bases biopsicológicas do comportamento antissocial, contando com dois livros e vários artigos publicados neste domínio. Membro da Sociedade Portuguesa de Criminologia e da Sociedade Portuguesa de Psiquiatria e Psicologia da Justiça e membro fundador da *European Society for Cognitive and Affective Neuroscience* (ESCAN).

### **Fernando Vieira**

Médico especialista em psiquiatria e psicoterapeuta com formação em psicoterapia cognitivo-comportamental e também de psicodrama, sociedade científica que presidiu por três anos. Exerceu atividade profissional nos antigos Hospitais Júlio de Matos e Miguel Bombarda, onde coordenou a Enfermaria de Segurança e Tratamento para colocação de doentes inimputáveis com perigosidade. Antigo diretor do Serviço de Psiquiatria Forense, e posteriormente de Clínica Forense, da Delegação Sul do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I.P. Atualmente, é psiquiatra no Serviço de Psiquiatria Forense do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa. Pós-graduado em direito médico pelo Centro de Direito Biomédico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, foi consultor da extinta Direção de Serviços de Saúde Mental da Direção Geral da Saúde. Integrou a Comissão Nacional de Acompanhamento da Lei de Saúde Mental, que veio posteriormente a presidir por nomeação em despacho conjunto dos ministros da Justiça e da Saúde.

### **Francisco Corte Real**

Licenciado em medicina, mestre e doutorado em medicina legal. Professor associado com agregação, subdiretor da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra. Presidente do Colégio da Especialidade de Medicina Legal da Ordem dos Médicos. Ex-diretor da Delegação do Centro do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I.P. Ex-presidente da Sociedade Portuguesa de Genética Humana e da Associação Portuguesa de Avaliação do Dano Corporal.

### **Irina Golovanova**

Licenciada em linguística russa e alemã pela Faculdade de Letras da Universidade Estatal de Novosibirsk (Rússia). Doutorada em comunicação não-verbal com o título atribuído pela Comissão Superior de Moscovo (Rússia), reconhecido pela Direção Geral do Ensino Superior de Portugal. Integrou o Departamento de Programas Internacionais da Divisão Siberiana da Academia de Ciências da Rússia, onde trabalhou como especialista em cooperação internacional. Foi jornalista em vários meios de comunicação na Rússia e na Alemanha e assistente no gabinete da deputada ao Parlamento alemão (*Bundestag*) Cornelia Pieper, presentemente ministra da Administração Interna do Governo alemão. Presentemente, é sócio-gerente da SPOTCOM, responsável pelos departamentos de formação em língua russa e internacionalização no mercado russo, e consultora da MTW Portugal em comunicação não-verbal.

### **Isabel M. Santos**

Professora auxiliar do Departamento de Educação da Universidade de Aveiro e investigadora no Laboratório de Psicologia Experimental e Aplicada (Unidade de Neurociências) da mesma Universidade. Licenciada em psicologia, área de psicologia clínica, pela Universidade de Lisboa, mestre em psicologia cognitiva pela mesma instituição e doutorada em psicologia pela Universidade de York (Reino Unido). Leciona principalmente nas

áreas de psicobiologia e metodologias de investigação e orienta teses de mestrado e doutoramento no âmbito da psicologia experimental, psicofisiologia e psicologia forense. Tem também coordenado projetos de investigação nesses domínios, financiados pela Fundação Bial. Membro integrado do IBILI (Universidade de Coimbra) e colaboradora do CINTESIS (Universidade do Porto).

### **Jorge Costa Santos**

Licenciado e doutorado em medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa. Médico especialista em medicina legal, com formação em psiquiatria, possuindo a categoria de chefe de serviço de medicina legal, com o grau de consultor. Pós-graduado em psiquiatria forense e criminologia clínica pela Universidade de Genève (Suíça). Professor associado convidado da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, onde é regente das disciplinas de medicina legal e ciências forenses e de direito médico. Professor convidado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, onde é regente da disciplina de medicina legal. Ex-vogal do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I.P. (INMLCF) e ex-diretor da Delegação do Sul (2004-2014). Ex-vogal do Conselho Médico-legal (2004-2014). Membro do Conselho Diretivo do Colégio da Especialidade de Medicina Legal da Ordem dos Médicos. Diretor do Serviço de Clínica e Patologia Forenses da Delegação do Sul do INMLCF. Professor convidado em diversas universidades. Autor e coautor de mais de 130 publicações em revistas científicas nacionais e internacionais e de mais de 500 comunicações.

### **José Félix Duque**

Pedagogo social. Assessor técnico da Direção da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). Desenvolveu diversos projetos sobre vítimas de crime na União Europeia, sendo os últimos dedicados às vítimas de terrorismo e às vítimas de homicídio, seus familiares e amigos. Tem representado a APAV na Rede Europeia de Vítimas de Terrorismo (NAVT).

### **J. Reid Meloy**

Psicólogo forense e professor clínico de psiquiatria da Universidade de Califórnia (San Diego, EUA). Membro do corpo docente do Instituto de Psicanálise de San Diego. Presta consultoria em casos criminais e civis nos EUA e na Europa. Autor do livro *International Handbook of Threat Assessment*.

### **Maria Luís Machado**

Licenciada em psicologia e mestre em psicologia jurídica pela Universidade Fernando Pessoa (UFP). Tem experiência académica na Unidade Funcional de Psiquiatria e Psicologia Forense do Hospital Magalhães Lemos. Tem-se dedicado à investigação na área das responsabilidades parentais, tema sobre o qual desenvolveu a sua dissertação de mestrado em psicologia jurídica. Participou em eventos científicos nacionais e internacionais. Realizou o curso de mediação de conflitos. Colabora, desde 2010, na Unidade de Psicologia Forense da Clínica Pedagógica de Psicologia da UFP.

### **Marlene Matos**

Professora auxiliar do Departamento de Psicologia Aplicada da Escola de Psicologia da Universidade do Minho. Doutorada em psicologia, com especialização em psicologia da justiça, pela Universidade do Minho. Tem trabalhado as questões da vitimologia e da

psicologia forense no âmbito da investigação e docência. No âmbito do CIPsi, é investigadora responsável do projeto em curso “Vitimação múltipla de mulheres socialmente excluídas”, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Foi ainda investigadora responsável dos seguintes projetos: “*Stalking* em Portugal: Prevalência, impacto e intervenção”, financiado pela FCT; “GAM – Grupos de Ajuda Mútua”, dirigido a mulheres vítimas de violência, financiado pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG). Recentemente, coordenou o Estudo de Avaliação da Tramitação Criminal do Tráfico de Pessoas e o Estudo de Avaliação do II Plano Nacional contra o Tráfico de Pessoas (2011-2013). Autora e coautora de diversas publicações a nível nacional e internacional no domínio da vitimologia e psicologia forense.

### **Olindina Graça**

Licenciada e mestre em psicologia clínica pelo Instituto Superior de Psicologia Aplicada – Instituto Universitário. Psicoterapeuta de adolescentes e adultos. Pós-graduada em psiquiatria e psicologia forense pelo Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I.P. e pela Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa. Assume as funções de perita na Delegação do Sul do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I.P. desde 1993. Responsável pelos estágios académicos da Universidade Lusófona, do Instituto Superior de Psicologia Aplicada – Instituto Universitário e da Universidade de Aveiro. Colabora como docente nas disciplinas de psicologia forense do curso de mestrado em medicina legal e ciências forenses da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa.

### **Patrícia Faro**

Licenciada em serviço social pelo Instituto de Serviço Social do Porto. Mestre em psicologia jurídica pela Universidade Fernando Pessoa. Exerce funções de diretora técnica na Casa de Abrigo da Delegação Porto/Matosinhos da Cruz Vermelha Portuguesa (CVP). Envolvida no projeto de conceção e desenvolvimento da Casa de Acolhimento de Emergência da CVP/Norte, com modelo único de intervenção.

### **Pedro Bem-haja**

Mestre em psicologia forense e doutorando na Universidade de Aveiro (bolsa FCT). Investigador da Unidade de Neurociências (NeuroLab) do Laboratório de Psicologia Experimental e Aplicada da Universidade de Aveiro. Investigador do Instituto Biomédico de Investigação de Luz e Imagem (IBILI) da Universidade de Coimbra. Psicólogo forense (membro efetivo da Ordem dos Psicólogos Portugueses). Membro da *Association for Psychological Science* e da *American Psychology-Law Association – 41 division of APA*. Tem várias publicações nacionais e internacionais.

### **Pepe Rodríguez**

Doutor em psicologia. Diretor do EMAAPS (*Equipo Multidisciplinar para el Asesoramiento y Asistencia en Problemas Sectarios* – Espanha) desde a sua criação, em 1991. Professor do Departamento de Jornalismo e Ciências da Comunicação da Universidade Autónoma de Barcelona (Espanha).

### **Ramón Arce**

Professor de psicologia jurídica e forense da Universidade de Santiago de Compostela (Espanha). Diretor da Unidade de Psicologia Forense da Universidade de Santiago de

Compostela. Editor da revista *The European Journal of Applied Psychology Applied to Legal Context*, a qual se encontra indexada na *Web of knowledge*. Publicou inúmeros artigos científicos e editou livros sobre psicologia jurídica e forense. Da sua investigação resultaram diferentes procedimentos e protocolos usados frequentemente por especialistas legais (e.g., o protocolo de entrevista a testemunhas menores, protocolo de entrevista clínica-forense). Ganhou vários prémios de pesquisa, dos quais se destaca, pela sua contribuição na previsão do comportamento criminal, o Prémio Nacional de Pesquisas Educacionais nas edições de 2003 e 2004, concedido pelo Ministério da Educação e Ciência (Espanha). É de destacar que as suas investigações tiveram como resultado intervenções no âmbito da justiça, no tratamento de prisioneiros ou com famílias em processo de separação. Foi-lhe atribuída a Medalha de Prata por Mérito Penitenciário pelo Ministério do Interior e de Instituições Prisionais (Espanha).

### **Raquel Veludo Fernandes**

Licenciada em psicologia e mestre em psicologia da justiça e do comportamento desviante pela Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica do Porto. Pós-graduada em psicopatologia e psicoterapia da criança e do adolescente pelo Instituto Português de Psicologia. Tem experiência profissional anterior na área da psicologia forense e em consulta psicológica de crianças, adolescentes e adultos. Atualmente, é bolseira de investigação pela Delegação do Norte do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I.P. no projeto “Implementação de um Protocolo de Entrevista Forense para crianças vítimas, testemunhas e ofensoras” (PTDC/MHC-PAP/4295/2012), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e pelo COMPETE.

### **Rui Abrunhosa Gonçalves**

Possui o mestrado em psicologia do comportamento desviante pela Universidade do Porto e é doutorado em psicologia da justiça pela Universidade do Minho, onde é atualmente professor associado com agregação. Coordenou, entre 1998 e 2008, a Unidade de Consulta em Psicologia da Justiça da Universidade do Minho, cargo que retomou em 2012. Dedicar-se sobretudo à investigação, avaliação e intervenção junto de ofensores. Foi funcionário dos serviços prisionais alguns anos e tem coordenado investigações em meio prisional sobre vários temas, nomeadamente a adaptação à prisão, o tratamento penitenciário, a psicopatia, a criminalidade sexual e a violência conjugal, entre outros. Tem várias publicações nacionais e internacionais.

### **Rui do Carmo**

Procurador da República a exercer atualmente funções na Procuradoria-Geral Distrital de Coimbra. Investigador associado do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Membro do Centro de Direito da Família da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Professor auxiliar convidado da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Docente do curso de pós-graduação em proteção de menores da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e dos mestrados em direito judiciário e em direito da família, crianças e sucessões da Escola de Direito da Universidade do Minho. Foi diretor da Revista do Ministério Público (2005-2010). Exerceu funções de docente e foi diretor adjunto do Centro de Estudos Judiciários (1996-2004 e 2010-2011). Autor de diversos estudos sobre temas de direito penal e processual penal, direito da família, direito das crianças, linguagem do direito e formação de magistrados.

### **Sandra Soares**

Professora auxiliar da Universidade de Aveiro e investigadora do IBILI (Universidade de Coimbra). Tem publicados artigos científicos, nacionais e internacionais, e capítulos de livros. Destaca-se o trabalho no domínio da psicologia forense, amplamente divulgado na imprensa, relativamente ao papel dos odores na investigação criminal. Coordena atualmente um projeto de investigação científica, igualmente relacionado com os odores, financiado em base competitiva (Fundação para a Ciência e a Tecnologia e Fundação Bial). Diretora do mestrado em psicologia forense da Universidade de Aveiro. Membro efetivo da Ordem dos Psicólogos Portugueses e membro da *American Psychological Association* (APA).

### **Sara Batalha**

*Top trainer e partner* da MTW Portugal. Especialista em *media training, public speaking e presentation training skills*. Foi treinada em Nova Iorque pelo presidente da MTW Global, T.J.Walker. Diretora executiva em Portugal da (MTW) Media Training Worldwide Global, empresa norte-americana especializada em *media training e presentation training skills* com mais de 25 anos de experiência internacional. Ex-jornalista, acumula cerca de 20 anos de experiência em comunicação, tendo sido jornalista e coordenadora de redação (*Expresso*, RTP1 e RTP2) por mais de 10 anos. Foi consultora de comunicação para agências e empresas e lecionou no CENJOR (Centro de Formação Avançada para Jornalistas). Oradora frequente em conferências nacionais e internacionais, marca presença nos *media* com análise política em linguagem não-verbal. Docente convidada em diferentes *business schools* do país e autora do método “desconstrução do discurso”, com o qual treina a comunicação de políticos, diretores executivos (CEO), empresários e profissionais que querem influenciar outros através da sua comunicação.

### **Sónia Caridade**

Doutorada em psicologia da justiça pela Universidade do Minho, com licenciatura e pós-graduação na mesma área de especialização e pela mesma Universidade. Professora auxiliar na Universidade Fernando Pessoa (UFP). Integra também a equipa técnica da Unidade de Psicologia Forense da Clínica Pedagógica de Psicologia da UFP. No domínio da investigação, tem-se dedicado essencialmente a analisar o fenómeno da violência nas relações de intimidade, tema sobre o qual realizou a sua tese de doutoramento, tendo igualmente colaborado noutros projetos de investigação que procuraram estudar a violência ocorrida noutros contextos relacionais (conjugalidade). Autora de diversas publicações, nacionais e internacionais, da área da psicologia da justiça.

### **Tânia Correia Annes**

Licenciada em psicologia clínica e do aconselhamento pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Mestre em psicologia forense e da exclusão social pela mesma Universidade. Doutoranda em ciências forenses na Universidade de Múrcia (Espanha). A sua experiência profissional foi iniciada em 2006 na Unidade de Pedopsiquiatria do Hospital de Santa Maria, em 2009 nas Aldeias de Crianças SOS e em 2010 na Associação Nacional para a Ação Familiar (ANJAF). Neste momento, exerce prática clínica no seu consultório privado em Lisboa. Realizou, ao longo da sua formação académica, várias especializações em avaliação psicológica em contextos clínicos e forenses, psicoterapia e relação terapêutica, tendo igualmente participado como oradora no VI Congresso Internacional de Psicologia Forense e da Exclusão Social da Faculdade de

Psicologia da Universidade Lusófona em 2012, bem como no I Congresso Ibero-Americano de Psicologia Jurídica na Universidade Lusófona em 2013.

### **Telma Catarina Almeida**

Doutorada em psicologia da justiça pela Universidade do Minho e professora auxiliar no Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz (ISCSEM). Psicóloga forense no Serviço de Psicologia da Universidade do Minho e no Gabinete de Psicologia Forense do ISCSEM, especializada no domínio da avaliação e intervenção com vítimas de crime. Trabalha também como psicóloga clínica na Liga dos Combatentes. Investigadora na área da vitimologia, com particular interesse pelo estudo da vitimação infantil.

### **Telma Sousa Almeida**

Licenciada em psicologia pela Universidade Católica Portuguesa, onde obteve o grau de mestre em psicologia da justiça e do comportamento desviante. Pós-graduada em medicina legal pela Faculdade de Medicina da Universidade do Porto e doutoranda na Universidade de Cambridge (Reino Unido), onde se dedica ao estudo do testemunho e entrevista forense de pessoas com Perturbações do Espectro Autista e Dificuldades Intelectuais. Tem colaborado em investigação científica nas áreas da psicologia forense, delinquência juvenil e psicologia dos direitos humanos e da paz, sendo coautora de alguns capítulos de livros nestas áreas (publicados ou em preparação). Simultaneamente, é investigadora pela Delegação do Norte do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I.P. num projeto sobre a implementação de um protocolo de entrevista forense para crianças vítimas, testemunhas e ofensoras. Anteriores projetos de investigação em que esteve envolvida prendem-se com perspetivas internacionais sobre gangues juvenis na Europa e perspetivas dos cidadãos europeus acerca da violência de estado.

### **Tiago Costa**

Mestre em medicina pelo Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar. Médico interno de formação específica em medicina legal. Pós-graduado em antropologia forense e avaliação do dano corporal pós-traumático pela Universidade de Coimbra. Pós-graduado em medicina legal (curso superior de medicina legal) pela Universidade de Lisboa. Doutorando no Centro Académico de Medicina de Lisboa, especialidade de medicina legal e ciências forenses. Vogal do Conselho Nacional do Médico Interno da Ordem dos Médicos.

### **Vânia Amaral**

Mestre em psicologia clínica pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Foi assistente de investigação da Universidade de Aveiro, num projeto financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Psicóloga clínica do Centro de Saúde Universitário dos Serviços de Ação Social da mesma Universidade (SAS-UA). Tem várias publicações nacionais e internacionais.

### **Virginia A. Lynch**

Professora na *Fulbright* na Índia, *Punjabi University* e na *Beth-El College of Nursing & Health Sciences* da Universidade do Colorado (EUA). Membro interino da *American Academy of Nursing* (AAN) e da *Fellow American Academy of Forensic Sciences* (FAAFS), uma credencial para os enfermeiros forenses que se dedicam às ciências forenses avançadas na prática de enfermagem. *Sexual Assault Nurse Examiner* (SANE), *Forensic Nurse*

*Examiner (FNE) e Forensic Death Nurse Investigator (FDNI). Membro fundador da International Association of Forensic Nurses (IAFN). Consultora internacional de enfermagem forense. Membro fundador da especialidade em enfermagem forense na AAN. Autora de diversos livros de enfermagem forense.*

## NOTA DOS COORDENADORES

No dia 4 de novembro de 2011, estávamos a escrever a Nota dos Coordenadores da obra *Profiling, Vitimologia e Ciências Forenses: Perspetivas Atuais*, uma obra pluriautor e interdisciplinar que assinalava o segundo ano de existência da Peritia | Revista Portuguesa de Psicologia, a qual visa promover e difundir a investigação nos diversos domínios da psicologia.

Na publicação supramencionada, a qual atingiu a segunda edição sensivelmente um ano depois, constatámos, pela riqueza do objeto de estudo, que ainda existiam tantas lacunas que importava serem preenchidas através de um contributo igualmente consistente. Assim, procurámos colmatar tais lacunas com a obra que agora se publica, *Psicologia, Justiça e Ciências Forenses: Perspetivas Atuais*. Através de uma escrita rigorosa procurámos, sem obstaculizar o prazer da leitura, fornecer ao profissional, ao estudante e ao curioso uma ferramenta útil de leitura, de trabalho e de reflexão, procurando estreitar a comunicação da psicologia com a justiça e tantas outras ciências forenses.

A temática justifica-se por uma missão de todos e para todos de uma psicologia mais científica, de uma justiça mais justa e de ciências forenses mais próximas e humanizadas. E, para tal, respeitámos a autonomia técnico-científica de cada um dos autores e equipas de investigação que tornaram esta obra possível, uma obra marcada por profissionais da mais alta craveira. A grandeza científica é trespassada pela grandeza humana, na medida em que todos os autores aceitaram ceder na íntegra os direitos de autor a um projeto de grande importância social e cívica, nomeadamente o Projeto Rua do Instituto de Apoio à Criança (IAC), exemplarmente coordenado por Matilde Sirgado, autora de um dos 25 capítulos da obra que referimos nas primeiras linhas deste texto.

Neste périplo, nem sempre fácil e constante, atravessámos várias tempestades, mas perceberemos o que às vezes esquecemos: nenhum homem é uma ilha isolada e só a construção de pontes permitirá um avanço com menos retrocessos. Por isso, queremos deixar os nossos sinceros agradecimentos:

À FACTOR, do Grupo LIDEL – Edições Técnicas, por mais uma vez ter abraçado um dos nossos projetos. É impensável não sublinharmos e enfatizarmos o profissionalismo, a diligência e a qualidade de toda uma equipa que perfilha cada obra desde a sua planificação até à conceção e ao seu nascimento. Sempre atentos, disponíveis e com uma simpatia capaz de motivar qualquer colaborador, mesmo no meio de tantas solicitações profissionais que todos vamos enfrentando.

E também aqui chegados, um grande e sincero muito obrigado a todos os autores que aceitaram enfrentar este desafio. O desafio de dedicarem o seu tempo à concretização dos seus contributos, de incomensurável valor científico; o desafio de correrem contra o tempo; o desafio de, no meio de tantas outras exigências profissionais e/ou académicas, terem arranjado vontade e disponibilidade para se dedicarem a este projeto.

Ao senhor Professor Mário Simões, nome incontornável da ciência psicológica nacional e internacional, por nos conceder a honra de escrever o Prefácio. Professor, é muito gratifi-

cante podermos contar consigo, mais uma vez. Desta participação emana um evidente rigor científico que impulsiona a credibilidade da ciência psicológica.

Ao Juiz-desembargador Francisco José Brízida Martins, atual presidente do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I.P., pela simpatia e disponibilidade com que aceitou o convite para redigir a Introdução.

Ao Professor Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, docente na Universidade Federal do Rio de Janeiro e membro do Conselho Nacional de Segurança Pública (CONASP) – Ministério da Justiça e do Comité Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Brasil), por mesmo do outro lado do Atlântico ter aceitado tão prontamente redigir o Posfácio que encerra com chave de ouro a compilação de capítulos que aqui se publica. Esta colaboração é um brinde à partilha de saberes e práticas, bem como um enobrecer da ciência, e de uma ciência que mais do que defender “quintinhas” (entenda-se correntes, escolas) deve construir pontes, em prol dos seus embaixadores e dos que dela beneficiam.

Aos nossos familiares e amigos, pela constante compreensão das horas de ausência em que estivemos fechados, como costumam dizer em jeito de brincadeira, na gruta a rever e a redigir textos. O vosso apoio foi, é e continuará a ser fundamental.

À semelhança do que aconteceu no dia 4 de novembro de 2011, ao concluir a Nota dos Coordenadores da obra *Profiling, Vitimologia e Ciências Forenses: Perspetivas Atuais*, terminamos com a firme convicção de que estamos a responder a mais uma de tantas necessidades do panorama literário da especialidade, uma especialidade que se quer pautada por uma ética de excelência e por uma atualização profissional constante. As temáticas e reflexões não se esgotam de todo aqui, existindo novos mares por navegar.

20 de agosto de 2014

Mauro Paulino e Fátima Almeida

## PREFÁCIO

O livro *Psicologia, Justiça e Ciências Forenses: Perspetivas Atuais*, coordenado por Mauro Paulino e Fátima Almeida, complementa e dá continuidade ao esforço de divulgação de temas de psicologia e ciências forenses, iniciado com uma outra publicação da PACTOR, em 2012, coordenada igualmente por estes jovens investigadores e intitulada *Profiling, Vitimologia e Ciências Forenses: Perspetivas Atuais*.

Exemplificando bem o incremento das publicações na área da psicologia forense e o desenvolvimento heterogéneo desta disciplina no nosso país, o presente livro inclui matérias muito diversificadas de interesse para a tomada de decisão em contextos de justiça. Vários capítulos constituem fonte importante de informação e reflexão acerca das relações entre psicologia forense, psiquiatria forense, direito e justiça, bem como sobre a intervenção colaborativa de psicólogos, psiquiatras e juizes, sem esquecer o tópico da formação em psicologia relevante para estes profissionais. Neste âmbito, o livro compreende capítulos que caracterizam as perícias (psicológicas, psiquiátricas e médico-legais) e que referenciam a correspondente legislação portuguesa. Outros capítulos remetem para questões relativas à avaliação: instrumentos (SAPROF e Rorschach), técnicas (entrevista) ou problemas (avaliação da credibilidade do testemunho, percepção dos juizes relativamente à avaliação das responsabilidades parentais e perfil psicossocial de pessoas vinculadas a seitas). Quadros clínicos e psicopatologia (psicopatia e perturbações da personalidade), bem como vítimas (violência doméstica, terrorismo e abuso de crianças e idosos) constituem matérias de outros capítulos.

O livro *Psicologia, Justiça e Ciências Forenses: Perspetivas Atuais*, cuja leitura se recomenda, apresenta o conhecimento científico atual em matérias relevantes para caracterizar áreas de trabalho em psicologia forense, um domínio também marcado por diversas conceções erróneas e no qual existe, ainda, um caminho a percorrer nos contextos da formação e da investigação empírica.

Mário R. Simões  
Professor Catedrático da Faculdade de Psicologia e de  
Ciências da Educação da Universidade de Coimbra



A ciência, qualquer que seja, apenas pode ser concebida enquanto perspctivada ao serviço da sociedade.

Por outro lado, todo o processo de maturação dos mais diversos ramos do saber, começando por ser, normalmente, algo cingido, acaba depois por evoluir e abarcar nas “interdependências” que vai logrando, na interação com os mais diversos segmentos da vida, muito da sua riqueza.

A obra agora dada à estampa é prova provada desta asserção.

A multiplicidade de reflexões pluriautorais que a compõem traça a definição sobre o verdadeiro objeto da psicologia forense; as virtualidades que a mesma comporta quando importante – e, quiçá, decisivo – instrumento para a avaliação da credibilidade dos depoimentos judiciais; no relevo que assume ao permitir dilucidar a exata extensão dos danos (sobremaneira de natureza não patrimonial) sobrevividos às vítimas de tantas das “violências”, hoje anátemas de uma sociedade que se pretende desenvolvida; descreve modelos conceptuais de intervenção em personalidade; conceitos balizadores de determinados perfis psicológicos, etc.

Integrando um diversificado conjunto de considerações, aponta sobremaneira ao que o dia a dia dos tribunais dela melhor pode extrair.

A sentença judicial é sempre, e de certa forma, uma decisão individual, com o rosto apenas do Juiz que a profere.

A necessidade da sua fundamentação, verdadeiro nó górdio para a real aceitação pela comunidade e concretos agentes a que se destina, não permite, contudo, hesitações: quanto mais rica, maior o grau de aceitação dos sujeitos seus visados e acrescida a “força” que a sociedade nela deposita. Ora, para tanto, apenas o Juiz coadjuvado será, depreende-se, um melhor julgador.

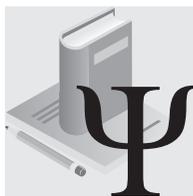
O percurso profissional percorrido ao longo de três décadas no desempenho da Magistratura Judicial permite-me (com modéstia) tais notas e enfoque.

Nesta perspetiva, e sem desprimor de outras que poderiam relevar-se, recomendo, conseqüente e vivamente, a leitura destes textos: através de considerações despreziosas, pelas *núances* que abordam, demonstram, à exuberância e se dúvidas existissem, da riqueza que a psicologia forense pode trazer quando transposta para o quotidiano dos tribunais. Também dos desafios que o funcionamento destes coloca à sucessiva elaboração conceptual de que ela nos dá mostra. Em suma, de um saber que se vai sucessivamente elaborando através da dialética de ensinamentos que transporta para o mundo judicial e das injunções que este também lhe vai colocando.

O saber, se graciosamente partilhado, assume uma nobreza distinta. O caso presente, uma vez que os respetivos direitos de autor revertem na totalidade para o Projeto Rua do Instituto de Apoio à Criança. Acrescida razão a justificar a sua leitura.

Coimbra, 5 de agosto de 2014

Francisco José Brízida Martins  
Juiz-desembargador e presidente do Instituto Nacional de  
Medicina Legal e Ciências Forenses, I.P.



## O Psicólogo na Justiça: Notas Preliminares sobre o Perito, o seu Depoimento e a Perícia Forense

Mauro Paulino e Carlos Casimiro

### Palavras-chave:

Perícia forense

Relatório pericial

Testemunho  
pericial

Critérios de  
admissibilidade  
científica

O presente capítulo debruça-se sobre o papel e o lugar da ciência psicológica no seio da justiça, enfatizando aspetos teóricos e práticos da perícia forense e do testemunho pericial.

Apontam-se os critérios de admissibilidade científica da prova pericial desenvolvidos, no início, pela jurisprudência norte-americana, mas atualmente bastante difundidos a nível internacional.

Reconhece-se as diferenças do valor probatório da perícia na área cível e criminal, tendo por base o ordenamento jurídico nacional.

São assinalados diversos princípios fundamentais para o psicólogo credibilizar a sua atuação, desde o início do processo avaliativo, até a uma eventual presença em Tribunal.

## Introdução

A aplicação da psicologia ao sistema legal (civil e criminal) deu os primeiros passos, em 1900, com William Stern. Em 1908, Hugo Munsterberg<sup>1</sup> publicava as obras seminais *On the witness stand* e *Psychology and crime* e, nesse mesmo ano, já Lihtner Witmer ensinava psicologia do crime em cursos especializados (Bartol & Bartol, 2005a, 2005b).

O primeiro caso publicado no qual um psicólogo assumiu a função de perito ocorreu na decisão *State versus Driver* em 1921<sup>2</sup>. Contudo, só por volta de 1940 é que os psicólogos foram, gradualmente, sendo utilizados como peritos nos Estados Unidos da América (EUA), apesar de muitas reservas por parte da comunidade jurídica quanto à aplicação da psicologia em Tribunal<sup>3</sup> (Melton, Petrila, Poythress & Slobogin, 2007; Weiner & Hess, 2006).

<sup>1</sup> Hugo Munsterberg (1863-1916) foi um psicólogo germânico, nascido na atual Polónia, mas que fez grande parte do seu percurso nos EUA. É considerado um dos pioneiros da psicologia aplicada. Parte do seu trabalho de pesquisa e elaboração de teorias incidiu sobre a aplicação da psicologia criminal, nomeadamente sobre os temas das memórias e percepção das testemunhas e das falsas confissões.

<sup>2</sup> É importante notar, porém, que – mesmo nos EUA – esta não terá sido a primeira vez que em que um psicólogo terá sido testemunha pericial, sendo impossível dizer qual foi o primeiro caso, por falta de registos disponíveis. Acresce referir que, neste caso, infelizmente para o mundo da psicologia, o testemunho do psicólogo foi rejeitado.

<sup>3</sup> Houve um conjunto de decisões importantes no percurso sinuoso de aceitação dos psicólogos e psiquiatras no Tribunal em função do seu saber especializado sendo comum apontar nos EUA os casos *People versus Hawthorne* 1940, *Hidden versus Mutual Life Insurance Company Co.* 1954 e *Jenkins versus United States* 1962.

Na atualidade a psicologia forense já ganhou o seu espaço, entre as ciências forenses, e é considerada uma disciplina científica que providencia informação de índole psicológica com vista a facilitar a decisão legal (Blackburn, 1996, citado por Holmes, 2010). Trata-se de um domínio interdisciplinar, cuja especificidade é funcionar como uma interface entre a psicologia e o direito, sendo o saber da ciência psicológica colocado ao serviço da decisão judicial (Machado & Gonçalves, 2005a, 2011a).

Apesar disso, a incompreensão mútua entre o direito e a psicologia conduz a muitas dificuldades. Neste contexto, não se pode olvidar que quando considera as outras ciências, observando-a a partir do seu interior, o direito apropria-se delas, do seu saber, como um auxiliar para o desempenho da sua função prática de resolução de conflitos concretos. Necessitando de resultados objetivos, para lhe permitir obter ilações concretas que sirvam na sua tomada de decisão, o direito idealiza as ciências, nomeadamente a psicologia e a psiquiatria, segundo um critério de racionalidade de tipo matemático, cujo saber tem de ser exato, binário, capaz de conferir certezas do tipo sim-não, certo-errado, pois é esse o único tipo de respostas que lhe pode dar o grau de certeza que procura (*beyond reasonable doubt*). Ao nível jurídico, o arguido ou é culpado ou inocente, ou é imputável ou inimputável; o réu ou tem ou não tem uma certa característica; um facto ou é admissível ou não o é. Não existe meio-termo na resolução concreta dos casos.

É, por isso, natural que exista um grande conjunto de dissemelhanças entre o direito e a psicologia. Sinopticamente, podem assinalar-se algumas diferenças fundamentais. Enquanto a psicologia é descritiva, o direito é prescritivo. Se a psicologia tem uma perspetiva mais ideográfica<sup>4</sup>, já o direito é mais nomotético<sup>5</sup>. Se a psicologia procurar teorias amplas que podem ser generalizadas para inúmeros casos, na prática, o direito focaliza-se num caso individual ou num padrão específico de factos. A psicologia opera num modelo mais probabilístico, já o direito propõe-se realizar a justiça através da tomada de decisões com um caráter definitivo.

De todo o modo não se pode deixar de destacar que estas diferenças são, num determinado sentido, artificiais porque são conceitualizadas como dicotomias e não como vetores ao longo de uma dimensão. Nenhuma dessas diferenças é verdadeira para cada uma das duas áreas do saber em todos os casos. Contudo são, em geral, mais verdadeiras para uma disciplina do que para outra, importando conhecê-las para as compreender e relativizar.

Numa outra dimensão, importa enfatizar que ao juiz cabe avaliar a probabilidade lógica de uma dada ocorrência. Nas palavras de Tonini (2007, p. 250), “[n]on è sufficiente provare la causalità generale (statistica); occorre anche provare la causalità individuale. In definitiva, il giudice non può delegare allo scienziato il tema dell’ accertamento del fatto e della responsabilità penale.” Aqui se encontra, muitas vezes, um ponto de atrito e de incompreensão.

O relatório pericial e o parecer verbal prestado oralmente em Tribunal são duas das atividades mais visíveis do perito de psicologia forense cuja execução deve merecer toda a atenção apesar de serem rotineiras. Embora o perito deva encarar a ida a Tribunal como parte integrante da sua prática profissional, tal possibilidade pode despertar-lhe sentimentos

---

<sup>4</sup> Na realidade, os saberes nomotéticos e ideográficos são inseparáveis mas estamos, apenas, a considerar nomotético no sentido de coletivismo metodológico, de se preocupar em estabelecer leis gerais para fenómenos suscetíveis de serem reproduzidos.

<sup>5</sup> Pretendendo-se aqui salientar, apenas, o individualismo metodológico, a preocupação em estudar o singular e a utilização de definições subjetivas dos fenómenos.

de desconforto pelas mais diversas razões (e.g., ambiente formal, longas esperas até ser ouvido, necessidade de responder a questões inesperadas, tensão de não entrar em contradição, dúvida de terceiros sobre a sua experiência e qualificações, desconhecimento da terminologia jurídica e dos conceitos legais).

Existem vários fatores a afetar o resultado de um julgamento, razão pela qual o perito deve procurar acautelar todas as possibilidades que estiverem ao seu alcance. Assim, o perito não deve ficar em êxtase caso a sua posição vingue (a sentença foi no sentido das suas considerações) ou demasiado triste se perder (a sentença foi no sentido oposto das suas considerações) (Leung, 2011).

*Na atualidade a psicologia forense já ganhou o seu espaço, entre as ciências forenses, e é considerada uma disciplina científica que providencia informação de índole psicológica com vista a facilitar a decisão legal.*

## O perito: ser ou não ser, eis a questão

O papel de um perito é auxiliar o Tribunal a compreender os aspetos técnicos, inerentes a um determinado caso, mediante a apresentação de evidências científicas, a interpretação de resultados, a explicação da relevância dos mesmos e a resposta a quesitos (Leung, 2011).

De acordo com Daley (1996), o perito tem conhecimentos ou competências adquiridas pelo ensino, treino ou experiência, e pode ser chamado a Tribunal para dar parecer ou apresentar uma prova pericial durante o julgamento, tendo por base o seu campo de especialidade.

Os seus pareceres devem ajudar o juiz a perceber o conhecimento técnico que vai para além da sua área, sendo este tipicamente o papel de especialistas credenciados em medicina, psicologia, economia e outros campos (Miller, 2007).

Rogers (2006, p. 120) é incisivo ao afirmar que “(...) se um perito consegue dizer, ao Tribunal ou aos jurados, apenas aquilo que eles podem descobrir por si próprios, então dificilmente se poderá chamar a isso ‘parecer de um perito’, dado que não assenta em competências ou experiências especiais”.

Ao psicólogo no papel de perito pode ser exigido dar um parecer, a resposta a questões hipotéticas, um conjunto de informações relevantes numa esfera específica ou uma combinação dos aspetos anteriores (Alberto, 2006).

É necessário o psicólogo ter como linha orientadora o facto de ser um embaixador de uma disciplina considerada científica, isto é, consistente, metódica, cumulativa e preditiva e, por conseguinte, refutável (Kenny, 1984, citado por Rogers, 2006). Por sua vez, o peso<sup>6</sup> do parecer do psicólogo enquanto especialista depende do modo como a sua posição seja apresentada como uma explicação lógica, sólida, objetiva e suportada em dados de investigação. O psicólogo pode tecer o seu parecer com base nas informações disponibilizadas pela investigação e com o grau de certeza possível, mas sem especular e partindo do princípio de que a noção de certeza é

*O relatório pericial e o parecer verbal prestado oralmente em Tribunal são duas das atividades mais visíveis do perito de psicologia forense cuja execução deve merecer toda a atenção apesar de serem rotineiras.*

<sup>6</sup> Como veremos, no ordenamento jurídico nacional o valor probatório das perícias varia bastante consoante estamos no âmbito do direito civil ou criminal.

sempre uma ponderação relativa (Alberto, 2006). Pode suceder que não lhe sejam colocadas questões concretas mas, antes, lhe sejam apresentados quesitos abstratos devendo as respostas serem dadas num registo teórico, mesmo sendo solicitada a cedência de exemplos concretos. Este tipo de parecer é muito apreciado e especialmente valorizado judicialmente por permitir ao decisor (juiz ou Ministério Público) a extração de conclusões ao nível comparatístico com o caso concreto em análise.

Myers e Stern (2002, citados por Alberto, 2006) destacam quatro princípios que devem pautar a atitude do psicólogo na sua atuação, enquanto perito, designadamente:

- Honestidade – os peritos não devem defender a meia verdade para favorecer um dos lados;
- Imparcialidade – a tarefa do perito é explicar, facilitar a compreensão e não ganhar casos, pois não é advogado;
- Limites do conhecimento/formação – o perito deve estar ciente da matéria sobre a qual vai falar no Tribunal, ter conhecimento dos limites da investigação, das questões que são consensuais e as que suscitam confusão, bem como estar familiarizado com aspetos cruciais, tais como, a não linearidade das conclusões (e.g., a não existência de sintomas não significa que não ocorreu abuso e a presença de determinados sintomas não é condição *sine qua non* de prova de um abuso sexual). É sempre possível a existência de situações assintomáticas e casos atípicos;
- Preparação – é a chave de qualquer depoimento. Um perito não deve apenas conhecer a literatura, mas dominar também a informação referente ao caso específico, mediante uma conversa prévia com a pessoa que requereu a sua presença.

Aquando da referenciação de um perito para comparecer em Tribunal e tendo em linha de conta que as perguntas são mais curtas do que as respostas, o perito tem a vantagem de ter mais “tempo de antena” do que os advogados e de poder ser ele a determinar a extensão ou

o conteúdo das respostas (Leung, 2011). Daí a importância de o perito dominar os critérios necessários para uma perícia e parecer consistente cientificamente, bem como estar sensível a uma série de orientações importantes para uma presença credível em Tribunal, na medida em que o conhecimento apenas é poder quando apresentado eficazmente.

*O papel de um perito é auxiliar o Tribunal a compreender os aspetos técnicos, inerentes a um determinado caso, mediante a apresentação de evidências científicas, a interpretação de resultados, a explicação da relevância dos mesmos e a resposta a quesitos.*

Ao psicólogo impõe-se, ainda, que compreenda os conceitos jurídicos que lhe são mencionados e o seu alcance. Quando tal não ocorra deverá indicar essa circunstância e solicitar um esclarecimento sobre os mesmos previamente à sua tomada de posição. Mas, mesmo quando se tem conhecimento sobre os conceitos jurídicos concretos, os mesmos devem ser evitados, uma vez que se trata de valorações próprias de uma área do saber distinta e, ao nível legal, as conclusões jurídicas não cabem ao saber psicológico mas ao técnico do direito. Só ao decisor da área da justiça incumbe verificar se os pressupostos ou requisitos de aplicação de um instituto jurídico se encontram preenchidos e este é concretamente aplicável, no exercício de um trabalho interpretativo que apresenta uma intrincada filigrana de questões teóricas subjacentes. Não é que o psicólogo não tenha de apresentar e defender opiniões valorativas mas, encontrando-nos no domínio do ser (e não do dever ser como na

área do direito), trata-se sempre de opiniões técnico-científicas porque enraizadas em dados de pesquisas empíricas enquadradas por teorias explicativas e/ou de análises que foram realizadas através de estudos diretos aos factos controvertidos, e não de meras construções abstratas numa dimensão axiológico-normativa muitas vezes numa dimensão absolutamente teórica e sem ligação direta a quaisquer factos.

Mais, mesmo dentro da própria área de saber, deve enfatizar-se que ser perito não significa saber tudo ou ter uma certeza absoluta sobre todos os quesitos que lhe são submetidos. Num caso em que existam dúvidas ao nível científico da sua área (e.g., quando coexistam construções teóricas explicativas rivais para o fenómeno ou modelos concorrentes, ou ainda porque os factos, ou os dados recolhidos, remetem para uma situação de fronteira), impõe-se esclarecer essa circunstância com sinceridade.

## Critérios de admissibilidade científica

O senso comum, também denominado por conhecimento vulgar ou popular, não se diferencia do conhecimento científico pela veracidade nem pela natureza do objeto conhecido. O que os diferencia é a forma, o modo ou o método e os instrumentos de aceder ao conhecimento (Marconi & Lakatos, 2000).

Tendo em linha de conta que a psicologia é uma ciência, o perito deve afastar-se do conhecimento popular (superficial, sensitivo, subjetivo, assistemático e acrítico) e revestir-se das características do conhecimento científico (racional, objetivo, factual, analítico, verificável, metódico, sistemático, acumulativo, preditivo, útil<sup>7</sup>) para garantir maior credibilidade para o seu trabalho, inclusive do seu testemunho em audiência.

*Só ao decisor da área da justiça incumbe verificar se os pressupostos ou requisitos de aplicação de um instituto jurídico se encontram preenchidos e este é concretamente aplicável, no exercício de um trabalho interpretativo que apresenta uma intrincada filigrana de questões teóricas subjacentes.*

Por sua vez, também múltiplos métodos de recolha de informação aumentam a confiança e a validade das conclusões, opiniões e recomendações do psicólogo. Uma sobreposição de fontes contribui para uma imagem completa das capacidades, desafios e preferências de cada examinando (American Psychological Association, 2010). A informação psicométrica e a validação dos instrumentos são, igualmente, aspetos fundamentais (Holmes, 2010).

Não existe no ordenamento jurídico nacional, ou na jurisprudência nacional, qualquer conjunto de critérios de admissibilidade científica que incumba ao juiz, ou ao Ministério Público, avaliar com vista a nomear ou admitir a utilização de um determinado perito ou tipo de perícia. Não é assim noutros sistemas jurídicos, como o anglo-saxónico, onde a existência do mecanismo do precedente<sup>8</sup> impõe alguns procedimentos.

<sup>7</sup> Mas, igualmente, encontrar-se consciente de que tratando-se de conhecimento científico ele se apresenta como provisório por natureza e falsificável por pesquisas que venham, eventualmente, a obter resultados contrários para o mesmo fenómeno.

<sup>8</sup> Precedente é uma decisão prévia de um Tribunal que se impõe e condiciona as atuações subsequentes de todos os tribunais. Nos sistemas de *common law*, o direito é criado ou aperfeiçoado pelos juizes e pode surgir não na forma de um conjunto de regras constante de um código, mas através de ações (processos) perante o Judiciário, na aplicação prática das regras processuais. Assim, uma decisão a ser tomada num caso depende das decisões adotadas para casos anteriores – precedentes – e afeta o direito a ser aplicado a casos futuros. Nesse sistema, quando não existe um precedente, os juizes possuem a autoridade para criar o direito, estabelecendo um precedente.

Visando contrariar aquilo que se considerava ser a utilização nos tribunais de dados científicos de qualidade duvidosa (*junk science*<sup>9</sup>) em favor de uma ciência que se desejava mais precisa e com relevância para a tomada de decisão judicial (*good science*), o Supremo Tribunal Federal dos EUA decidiu que os juízes assumissem um papel de árbitros da validade científica da ciência nos tribunais. Se a ciência não apresentasse resultados o mais rigoroso que fosse cientificamente possível, a sua falta de fiabilidade contaminava, também, a exatidão das decisões judiciais que resultariam pouco credíveis. O exercício do contraditório com a existência de perícias ao mesmo objeto com resultados absolutamente díspares (nomeadamente em casos mediáticos) foi um problema que também representou o seu papel neste domínio.

Neste sentido, o Supremo Tribunal Federal dos EUA desenvolveu uma trilogia de decisões muito célebre vulgarmente referida como *Dalbert-Joiner-Kumho* que não só conformou a jurisprudência dos diversos Estados norte-americanos (*grosso modo*) como tem tido uma grande influência na Europa nas discussões jurídicas sobre esta matéria.

Na verdade, desde 1923 que havia sido estabelecido um *standard* neste domínio através da decisão *Frye versus United States*, 293 F. 1013 (D.C. Cir. 1923).

*Frye versus United States* instituiu o denominado padrão ou teste *Frye* para a aceitação geral de prova pericial em tribunais federais. Aí se considerou que a opinião de especialistas com base numa técnica científica só é admissível quando a técnica está suficientemente estabelecida e é geralmente aceite como confiável (*reliable*) para a comunidade científica respetiva.

Em 1983, no caso *Barefoot versus Estelle*, 463 U.S. 880 (1983), o Supremo Tribunal ainda considerava que a sala de audiências não era um laboratório de pesquisa e vedava a possibilidade de o perito depor com base em hipóteses não comprovadas, justamente porque ainda não tinham ganhado aceitação geral no seu campo científico.

Foi apenas em 1993 que o novo padrão *Daubert* substituiu o *Frye* quando o Supremo Tribunal Federal considerou, no caso *Daubert* (*Daubert versus Merrell Fow Pharmaceuticals Inc.*, 509 U.S. 579, 113 S.Ct. 2795, 1993) que as *Federal Rules of Evidence* (FRE) haviam substituído o teste *Frye* como o padrão para a admissibilidade da prova pericial em tribunais federais.

Esta decisão veio estabelecer, com clareza, cinco critérios para os juízes avaliarem a admissibilidade de um testemunho pericial ou uma perícia, que vieram depois a ser clarificados e desenvolvidos noutras decisões.

Esses critérios que os juízes deveriam ter em consideração antes de se servirem de uma perícia seriam:

- A teoria ou técnica ser testável;
- Ter sido sujeita à revisão pelos pares ou, pelo menos, já ter sido publicada em revista científica;
- Existirem padrões sustentáveis de controlo do uso dessa técnica;
- Os cientistas da área aceitarem, em geral, que essa técnica funciona;
- A margem de erro ser conhecida.

---

<sup>9</sup> Sobre o conceito de *junk science* ver Gary Edmond (2003).

O livro *Psicologia, Justiça e Ciências Forenses: Perspetivas Atuais*, que ora nos chega, é organizado com a proposta de aprofundar o campo de intervenção reconhecido como psicologia forense, colocando em análise objeto, objetivos e desafios éticos que a contemporaneidade nos impõe.

Além de problematizar – transversalmente em todo o livro – o campo da formação do psicólogo, incita a um pensar sobre os desafios postos à psicologia em interface com a justiça e as ciências forenses. Ressalta, assim, a formação também dos magistrados (juízes e procuradores) e a necessidade de informação sobre o potencial de conhecimento que a psicologia pode trazer ao esclarecimento e tratamento dos casos judiciais, bem como os psicólogos que são chamados a colaborar com a atividade judiciária necessitam, por sua vez, de conhecer as regras essenciais do método judiciário, de ter informação sobre as questões que à luz do direito são essenciais em cada caso, de conhecer o seu estatuto processual e de compreender como a sua participação é integrada no processo e contribui para a decisão.

Discute, em todo o livro, as potencialidades e os limites da psicologia forense, incluindo potentes discussões que abordam o valor probatório da perícia como instrumentalização do processo decisório legal e do devido compromisso com a metodologia e a cientificidade que emerge como efeito das intervenções psicológicas. Ainda no campo da perícia, são problematizadas as permeáveis fronteiras que envolvem as perícias psicológicas e psiquiátricas.

Analisa o modelo de funcionamento do sistema de justiça criminal a partir de representações que emergem das percepções das vítimas de violência doméstica, de modo a repensar-se as bases para a implementação de um novo paradigma. Num outro capítulo, o fenómeno do terrorismo é complexificado, apontando para as graves violações que permeiam as suas definições.

Afirma-se a criança como sujeito de direitos e a entrevista psicológica como protagonista na garantia e promoção dos mesmos. A entrevista, como procedimento no trabalho do psicólogo, tem a finalidade não só de acompanhar processos, como também, por meio do seu carácter performativo, de neles intervir, provocando mudanças, catalisando instantes de passagem e os acontecimentos disruptivos que interessa conhecer. Intervir para potencializar a credibilidade do testemunho, para que a entrevista psicológica não seja reduzida a uma técnica de inquirição.

Propõe, ainda, reflexões capazes de fomentar a construção de modos potentes de combate à violência, através da intervenção psicológica junto da justiça, abordando temas controversos, como o combate à violência contra a mulher, o abuso de idosos, a violência interparental e as discussões em torno do paradigma de psicopatia.

A avaliação psicológica é um tema que surge em diversos momentos no livro e num capítulo em especial. Com a finalidade de servirem como instrumentos para atuar não somente sobre o indivíduo, mas também na modificação das condicionantes que operam desde a formulação da demanda até à conclusão do processo de avaliação, este é um tema que emerge como sendo de fundamental importância.

A alteridade é apresentada a partir dos efeitos da presença de outrem na produção de realidade. E, no caso da adoção tardia, em que uma pessoa transforma e é transformada quando está em relação com o outro, é apresentada enquanto diferenciação da constituição dos indivíduos, sendo o que permite a produção de novos modos de ser e de vida que escapariam a um indivíduo se outrem não fosse também uma componente da realidade que se constrói. Outrem e a sua diferença emergem como potencialidades de desestabilização e de rutura de territórios que são comuns e estáveis.

A transversalidade nas práticas psicológicas transborda os limites disciplinares e, num capítulo em específico, apresentam-se as problemáticas que envolvem a enfermagem forense, para mais uma vez discutirmos a construção que atravessa a psicologia, a justiça e as ciências forenses.

O livro propõe, em todos os capítulos, uma análise do fazer psicológico através de um discurso que revela uma posição académico-política permeada pela construção de saberes transversais aliados a práticas científicas consolidadas.

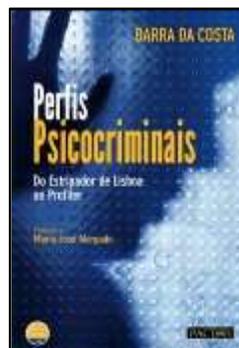
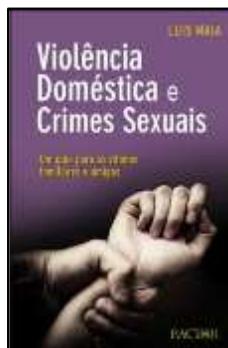
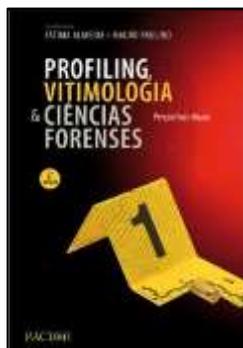
Mauro Paulino e Fátima Almeida, no seu trabalho de coordenação, oferecem-nos a oportunidade de (mais uma vez) mergulharmos num universo ainda pouco explorado editorialmente. Que possamos sair dele com algumas interrogações sobre os enganos e os desenganos das questões que tangenciam a psicologia, a justiça e as ciências forenses, desafios postos a todos nós.

Acreditando ser impossível não estar submetido às relações de poder presentes no interior das instituições, o que se sugere é a reflexão sobre o que fazer com essas relações. Neste sentido, cabe ressaltar que as nossas práticas, sempre locais e instáveis, são assim constituídas por um campo de conexões díspares. Agenciamentos, dos quais fazem parte a universidade, a sociedade civil, o Estado, as equipas de trabalho, as leis e os saberes. Na realidade, conexões que engendram acontecimentos, os quais produzem encontros. O que há para ser feito, enfim, é investir nos encontros, pela potência de produzir bifurcações. Deste modo, indico a leitura desta obra (por aqueles que se encontram deste e do outro lado do Atlântico) pelos encontros – e consequentes bifurcações – que ela nos convida a pensar.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 2014

Pedro Paulo Gastalho de Bicalho  
Professor e coordenador dos cursos de mestrado e doutorado  
do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil)

# OUTROS LIVROS DE INTERESSE



## COMO ENCOMENDAR

OS LIVROS DO GRUPO LIDEL ESTÃO DISPONÍVEIS NAS PRINCIPAIS LIVRARIAS DO BRASIL E NO NOSSO DISTRIBUIDOR

**ZAMBONI  
BOOKS**  
Distribuidora de livros nacionais e importados

### ZAMBONI BOOKS

Av. Parada Pinto, 1476  
SÃO PAULO – SP  
CEP – 02611-002  
Tel.:|Fax: (11) 2233-2333 (tronco)  
contato@zambonibooks.com.br  
www.zambonibooks.com.br

OS LIVROS DO GRUPO LIDEL, AGORA MAIS PERTO DE VOCÊ!

 [facebook.com/editoralidel](https://facebook.com/editoralidel)

 [twitter.com/lideieditora](https://twitter.com/lideieditora)

 [facebook.com/editorapactor](https://facebook.com/editorapactor)

 [twitter.com/pactoreditora](https://twitter.com/pactoreditora)

 [facebook.com/editorafca](https://facebook.com/editorafca)

 [twitter.com/fcaeditora](https://twitter.com/fcaeditora)

# PSICOLOGIA, JUSTIÇA & CIÊNCIAS FORENSES

Dos mesmos Coordenadores de *Profiling, Vitimologia e Ciências Forenses: Perspetivas Atuais*, surge agora *Psicologia, Justiça e Ciências Forenses: Perspetivas Atuais*, que apresenta um novo universo de temas que vêm complementar o primeiro livro. Com uma abordagem consistente, séria e rigorosa, os profissionais, os estudantes e todos os interessados por estas matérias encontrarão aqui uma ferramenta útil de leitura, de trabalho e de reflexão, que procura estreitar a comunicação da psicologia com a justiça e com outras ciências forenses. A temática justifica-se por uma missão de todos, e para todos, de uma psicologia mais científica, de uma justiça mais justa e de ciências forenses mais próximas e humanizadas. Com contributos de investigadores nacionais e internacionais relevantes, apresentamos um livro de excelência construído a partir da experiência teórico-prática de cada um dos seus participantes, o qual, para além de dar respostas a necessidades atuais, abre linhas futuras de investigação e intervenção.

"[...] O presente livro inclui matérias muito diversificadas de interesse para a tomada de decisão em contextos de justiça. Vários capítulos constituem fonte importante de informação e reflexão [...]."

*Professor Doutor Mário R. Simões,  
Professor catedrático da Faculdade de Psicologia  
e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra in Prefácio*

"[...] recomendo, conseqüente e vivamente, a leitura destes textos: através de considerações desprentensiosas, pelas *nuances* que abordam, demonstram, à exuberância e se dúvidas existissem, da riqueza que a psicologia forense pode trazer quando transposta para o quotidiano dos tribunais."

*Juiz-desembargador Francisco José Brízida Martins,  
Presidente do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I.P. in Introdução*

"Mauro Paulino e Fátima Almeida, no seu trabalho de coordenação, oferecem-nos a oportunidade de (mais uma vez) mergulharmos num universo ainda pouco explorado editorialmente. Que possamos sair dele com algumas interrogações sobre os enganos e os desenganos das questões que tangenciam a psicologia, a justiça e as ciências forenses, desafios postos a todos nós."

*Professor Pedro Paulo Gastalho de Bicalho,  
Professor e coordenador dos cursos de mestrado e doutorado  
do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil) in Posfácio*

Os direitos de autor desta obra reverterem a favor do Projeto Rua do Instituto de Apoio à Criança.



Anexos com informações complementares  
disponíveis em [www.pactor.pt](http://www.pactor.pt)

PACTOR

ISBN 978-989-693-042-4



[www.pactor.pt](http://www.pactor.pt)